Illmo Sr Delegado

Diz José Antonio de Abreu Pinto, senhor e possuidor de hum Escravo Joaquim, que sendo elle preso naquelle Lugar pelo Subdelegado Inspetor de Quarteirão Francisco Roiz Dodor Cotias, por ser em contrario de huma faca de ponta, cuja não era per tencente ao Escravo do Suplicante. e como deva proceder a Summario contra o dito mo Escravo. Requer a V.S.a que de conformidade com a Provisão de 9 de Jun.o de 1833, combinado com o Artigo 133 e 142 do Cod. do Proc.o que lhe admitta o dito Escravo prestar fiança visto ser o Crime afiançavel, ficando o Suplicante fiador com as mais Subsidiarias. Pedro José Roiz e Francisco Marques de Carvalho mandando V.S.a que destribuida esta mui depressa os papeis, delle se fiança requerida.

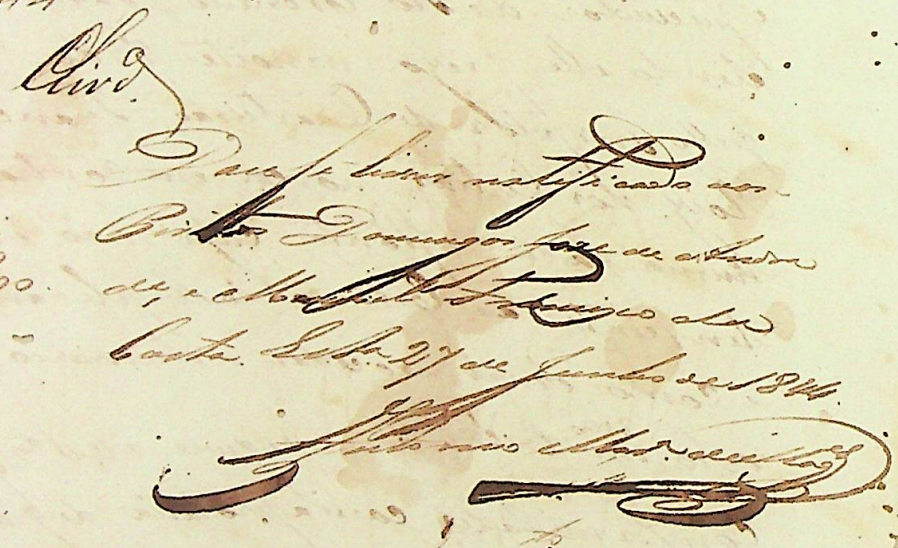
P. a V.S.a Despacho

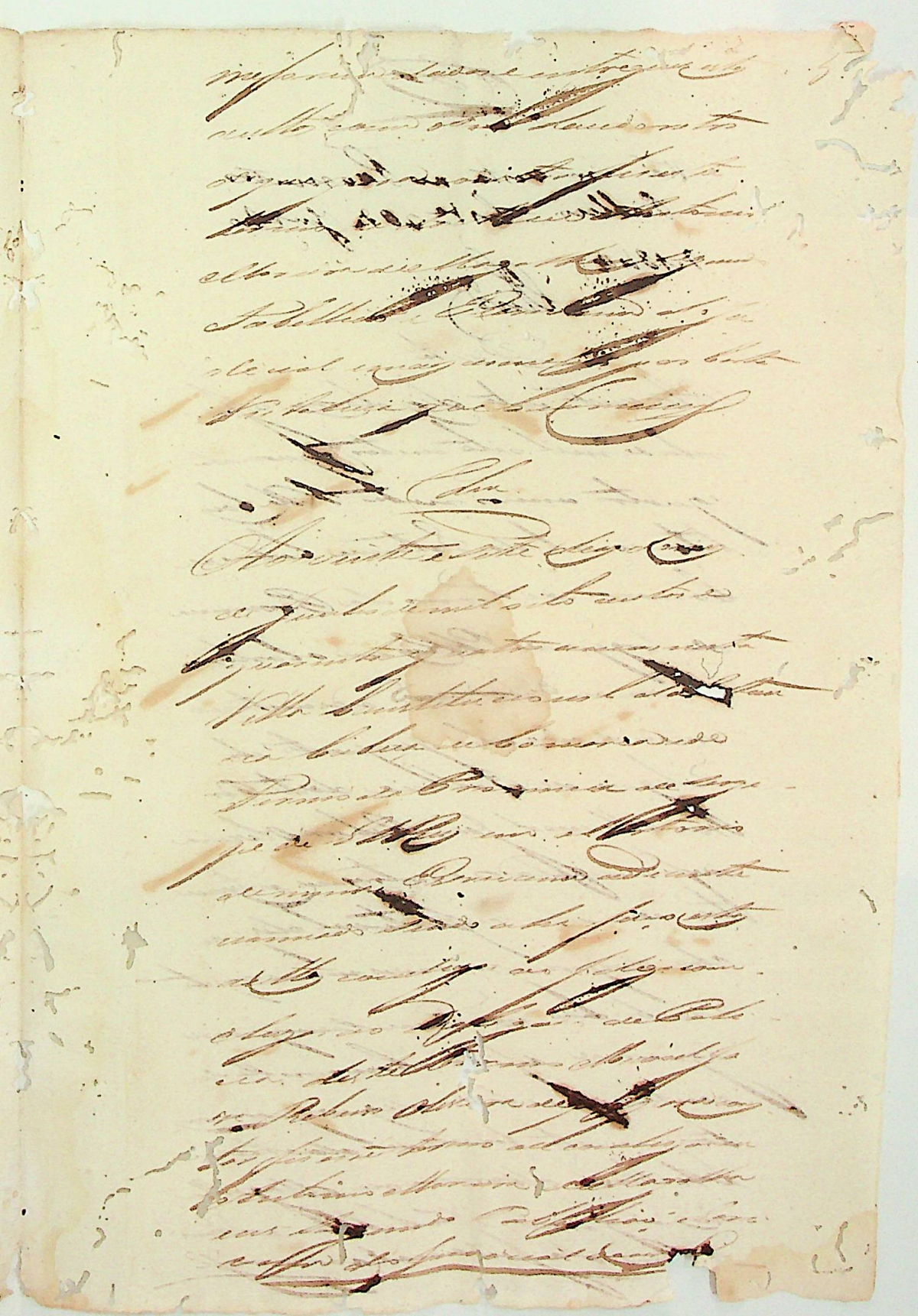
Tome-se a fiança legal na forma da Lei. Est.a 27 de Junho de 1846. 1.o mio de Janeiro Barbosa de Oliveira José Manoel Freire da Costa. Sr. Escrivão tire o Termo

José Antonio de Abreu

Juramt. Ctª 29 Junho
de 1844

Civ.





Vá com vista ao Procurador
Publico. Sala 20 de Junho
de 1844

Sexta.

Aforante ao Juiz de Direito do Termo de Santo Antonio de Sá, e seu Juncto de mil oitocentos e quarenta e quatro annos independente da Graça de Deus e da Santa Igreja Catholica Apostolica Romana, aos vinte e dous dias do mez de Fevereiro do dito anno nesta Villa de Santo Antonio de Sá, e Casas de Audiencia onde se achava o Juiz de Direito Presidente commigo Escrivão adiante nomeado, ahi foram vindos e apresentados pelo Porteiro Publico deste Termo os Reos Jose Bento Ribeiro, e Antonio Jose Ribeiro, e logo pelo Juiz foi mandado que se lhes fizesse entrega dos Autos de Libello, e Contrariedade, e Artigos de Justificação, e Contrariedade, e Artigos de Justificação, e Contrariedade, e Artigos de Justificação

Procedase a nova avaliação visto
não se conformar o Promotor
Publico com a primeira, e p.ª a se-
gunda nomeio a Fran.co José
Corr.a Braga, e Dam.o Fabiano
P.to Em 28 de Junho de 1844

Silva

Data

Aos vinte e oito dias do mez de Junho de mil
oitocentos e quarenta e quatro annos nesta Villa
Imperial de Santa Anna de Paraiba
em Audiencia publica que fazia
o Juiz de Direito Doutor Antonio
Pedro de Mello e Silva commigo
Escrivão adiante nomeado



Vista

Certifico que [illegible] deste
[illegible] que me deve dezoito
mil reis em 6$000 [illegible]
tos de [illegible] que me deve
[illegible] Sendo o Direito respectivo
[illegible] de valor de
[illegible] Estância 28 de Junho 1864.

Devo que acima declaro
[illegible] 12 e mil reis.
720 rs

N.º 70. 1721

Vg dele centos e vinte reis. Es
tancia 28 de Junho de 1864

A. Silveira Francisco Cardozo

N.º 7

Vg dois, dezoito mil reis da fiança.
Estancia 28 de Junho de 1864

A. Silveira Francisco Cardozo

Nota 670
Capel 30
Cerij 150
Dito 480
G. 150
1500
Sabino



Nº 3 . . . . . fls 1v

Pg quatro contos e oitocentos mil
réis de Julho a Dezembro

Ordenados	Quantias de cada hum.	
Juiz de Direito	1020	
Juiz Municipal	2$250	
Juiz de Orfãos	1200	
Promotor Publico	180	
Escrivão do Jury	2$550	
Escrivães	1$500	
Contador	450	9$459
Escrivão	1600	
Promotor	1440	
Escrivão	1600	
Dito	720	
Thesoureiro	2000	8$360
		17$819
Ao Thesoureiro de Collectoria		1280
		17$799